



Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1% São Paulo 0,79% Nova York	174.586 177.418 26/827/828/831/8	R\$ 5,180 (- 0,32%)	R\$ 1.621	R\$ 6,018	13,90%	13,79%	Março/20260,88 Abril/20260,67 Maió/20260,58 Junho/20260,16 Julho/20260,07

ORÇAMENTO

Governo promete encerrar 2027 no azul

O projeto de lei do Orçamento para o próximo ano prevê superavit efetivo — sem considerar descontos — de R\$ 18,6 bilhões

» ROSANA HESSEL

Os ministros do Planejamento e Orçamento (MPO), Bruno Moretti, e da Fazenda, Dario Durigan, apresentaram, ontem, a jornalistas, os principais pontos do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2027. O texto reduz a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,56% para 2,46%.

Apesar da leve redução na estimativa, a nova projeção para o PIB no Ploa de 2027 continua acima da mediana das estimativas do mercado, de 1,5%, conforme dados do boletim semanal Focus, do Banco Central, também divulgado ontem.

O Ploa prevê um superavit primário efetivo de R\$ 18,6 bilhões em 2027, ou 0,13% do PIB, enquanto o mercado está prevendo rombo fiscal acima de 0,3% do PIB, nas projeções mais conservadoras.

A peça orçamentária de 2027 ainda prevê o desconto de R\$ 64,7 bilhões de despesas não consideradas para fins de verificação do cumprimento da meta fiscal, como precatórios (dívidas judiciais em que não cabe recurso) o superavit ajustado é de R\$ 83,4 bilhões, ou 0,56% do PIB. Se for confirmado esse saldo positivo nas contas públicas em 2027, ele será o primeiro desde 2022, que foi de R\$ 54,1 bilhões, que só ocorreu com o adiamento do pagamento de uma parte dos precatórios, como lembrou o ministro da Fazenda.

“Vamos começar a registrar superavit a partir de 2027. E, com isso, estamos retomando uma trajetória de superavit que não pode considerar o dado positivo de 2022, porque há uma conta que foi paga em 2023, pelo atual governo”, disse Durigan.

De acordo com Moretti, o cumprimento da meta é “factível” e, se

Valter Campanato/Agência Brasil



O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, avaliou que o cumprimento da meta é “factível” e disse que haverá uma “correção constante”

necessário, o governo vai utilizar o instrumento do contingenciamento de gastos para que isso ocorra. “Não temos hipóteses heroicas e vamos buscar o esforço fiscal de 0,5% do PIB”, disse.

Dívida explosiva

Apesar das projeções otimistas do governo no Ploa de 2027, o quadro fiscal é preocupante, especialmente após o Banco Central

divulgar, também ontem, novo aumento da dívida pública bruta, de 81,9% para 82,5% do PIB, o maior patamar desde abril de 2021. Como a economia está desacelerando, as projeções otimistas para o PIB podem inflar as receitas e não se concretizarem.

Moretti garantiu que haverá uma “correção constante” do Orçamento, devido à inclusão de galtilhos que impedem, por exemplo, reajuste de servidores se

houver deficit primário nas contas públicas.

Ao analisar a apresentação dos ministros, o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, considerou que há dados que ainda precisam ser melhor explicados, como a redução das transferências para estados e municípios. “A queda da receita total é esperada frente aos ganhos de arrecadação com o aumento do preço do barril de petróleo em 2026. Entretanto, a

redução das transferências parece muito forte e precisaria ser explicada”, destacou Salto. Ele lembrou que ainda é preciso considerar o aumento de gasto com o novo Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais da Reforma Tributária do Consumo, de 0,2 ponto percentual do PIB.

Salário mínimo

O novo salário mínimo foi



Vamos começar a registrar superavit a partir de 2027. E, com isso, estamos retomando uma trajetória de superavit que não pode considerar o dado positivo de 2022, porque há uma conta que foi paga em 2023, pelo atual governo”

Dario Durigan, ministro da Fazenda

confirmado pelos ministros em R\$ 1.741, valor que havia sido antecipado por Durigan, está acima da estimativa do PLDO de 2027, de R\$ 1.717. Segundo os ministros, a correção do piso salarial segue com com a política de ganho real, porque inclui a alta de 2,3%, referente ao PIB de 2024, mais a correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), estimado em 4,93%. Esse valor ainda deve ser ajustado em janeiro de 2027, quando o dado do INPC de 2026 for divulgado.

A peça orçamentária prevê um total de R\$ 7,449 trilhões em receitas e R\$ 7,239 trilhões de despesas, das quais o orçamento fiscal soma R\$ 2,933 trilhões, a Seguridade Social, R\$ 2.121 trilhões e o refinanciamento da dívida pública em R\$ 2,185 trilhões.

TARIFAÇÃO DOS EUA

Brasil diz que não aceita acordo desigual

» RAPHAEL PATI

O Brasil não aceita fechar um acordo que seja desvantajoso para a economia do país. O recado foi dado pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, ao representante Comercial dos Estados Unidos, Jamieson Greer, em reunião virtual, ontem.

Do lado brasileiro, a videoconferência ocorreu no Ministério das Relações Exteriores e contou, também, com o chanceler Mauro Vieira. Foi a primeira reunião entre representantes ministeriais do Brasil e dos Estados Unidos desde a aplicação das novas tarifas de importação a produtos brasileiros, em julho.

Nova rodada de conversa deve ocorrer ainda setembro, segundo Rosa, adiantando que as equipes técnicas dos dois países vão se reunir nas próximas semanas. “O fato é que nós teremos, nos próximos dias, reuniões técnicas para aclarar as bases desse acordo possível. Nós

não vamos seguir na linha do que vinha antes, que era uma proposta de acordo muito genérica e que o Brasil já afastou”, afirmou.

O chefe da pasta do comércio exterior disse que levou ao representante norte-americano a resposta do governo brasileiro em relação às justificativas dadas por Washington para impor unilateralmente as duas tarifas — uma de 12,5% e outra de 25% — com base na Lei de Comércio de 1974, a “Trade Act”. Entre os temas tratados, o ministro levou dados sobre o combate ao desmatamento e o uso não do Pix como meio de pagamento.

Rosa também disse ter afirmado a Greer que o Brasil não possui tarifas maiores que as praticadas pelos Estados Unidos no comércio bilateral entre os dois países.

“A verdade é que, com a aplicação dos 37,5%, nós temos um desequilíbrio ainda maior a favor deles. Qualquer concessão da parte do Brasil só aumentará o deficit para o Brasil. Por isso,

Divulgação/MRE



Mauro Vieira e Márcio Rosa, acompanhados dos técnicos de seus ministérios, discutiram o tarifaço com Greer

há um novo cenário e novas bases. Eu diria, há um compromisso político que foi reiterado tanto de parte do governo americano quanto de parte do governo brasileiro”, declarou o ministro.

O encontro foi possível, como enfatizou o ministro da Indústria, em razão do contato, por

telefone, entre os presidentes Donald Trump e Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 21 de agosto. Naquele dia, após a ligação, que durou 1 hora e 20 minutos, o Plnalto comunicou que a conversa entre Lula e Trump ocorreu “em tom amistoso e cordial”, e que os dois acertaram que os negociadores dos dois

países voltassem a se reunir “o mais brevemente possível”.

Rosa disse estar mais otimista com uma possível resolução do problema e que o próprio presidente dos EUA, Donald Trump, teria sinalizado, segundo o representante comercial, que deseja um acordo com o governo

brasileiro. “Parece haver, de fato, uma orientação clara do governo americano para que haja um acordo com o Brasil, um acordo que reequilibre a relação, reequilibre a política tarifária”, completou.

Nota

Após a reunião, os ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento publicaram uma nota conjunta descrevendo a pauta. “Uma vez mais, (os ministérios) indicaram que as justificativas apresentadas pelo Governo dos Estados Unidos nas conclusões das investigações conduzidas ao amparo da Seção 301 da Lei de Comércio norte-americana não correspondem às efetivas práticas brasileiras, sendo injusto o tratamento discriminatório adotado contra o Brasil”, destacou a nota.

O documento informou que o lado brasileiro disse estar aberto ao diálogo e que preza pelos “históricos laços de amizade e de comércio” que marcam a relação bicentenária entre os dois países.

A nota diz, ainda, que o Brasil segue “perseguido um acordo equilibrado e mutuamente benéfico com os EUA, pautando-se sempre pelo respeito ao diálogo e à soberania nacional”.